

Políticas Identitárias – um diálogo com as críticas de Francis Fukuyama e Mark Lilla¹

Identity Politics – a discussion with the critiques of Francis Fukuyama and Mark Lilla

Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes*¹

Palavras-chave:
Políticas identitárias;
Liberalismo;
Fukuyama;
Lilla;
Brasil.

Resumo: O objetivo do presente ensaio é abordar, prioritariamente a partir da lente analítica da ciência política, as ideias apresentadas em dois artigos essenciais de dois expoentes do pensamento liberal contemporâneo: “Against Identity Politics”, de Francis Fukuyama, e “The End of Identity Liberalism”, de Mark Lilla. Quais as minúcias teóricas, os acertos de diagnóstico, as possibilidades e consequências argumentativas que podemos encontrar nesses dois textos? Ao mesmo tempo, quais as contradições e imprecisões encontradas nesses manifestos? Como explicar o caso do Brasil com base na lógica apresentada pelos autores nesses dois escritos? Observou-se que há um certo receio dos autores, representantes célebres do liberalismo americano contemporâneo, em reconhecer as políticas identitárias como extensão natural do próprio debate liberal. Há uma tensão inerente entre as bandeiras universalistas propostas pelo liberalismo e as pautas grupais promovidas pelos movimentos identitários. Ao mesmo tempo, existe uma possibilidade de conciliação entre o discurso liberal e as pautas identitárias, que tem sido, no geral, pouco explorada pelos baluartes do liberalismo atual. A dosagem das críticas liberais abordadas neste ensaio em relação às políticas identitárias é peça essencial nesse debate. É importante que se reconheça os limites dos discursos identitários. Contudo, as críticas liberais, resumidas nos manifestos de Fukuyama e Lilla, devem ser sempre pautadas numa conciliação, e não no rechaço puro e simples, entre o liberalismo universalista e as pautas particulares, sob risco de um divórcio total que acabaria gerando

¹ Recebido em 19/02/2020. Aceito em 14/04/2020

*¹ Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jorge.osg@gmail.com.

apenas mais distanciamento e desconfiança entre minorias injustiçadas e a retórica liberal.

Keywords:
Identity politics;
liberalism;
Fukuyama;
Lilla;
Brazil.

Abstract: *The aim of the following essay is to approach, mostly with the analytical look of political science, the ideas shown in two essential articles of two great names of the contemporary liberal thought: "Against Identity Politics", from Francis Fukuyama, and "The End of Identity Liberalism", from Mark Lilla. Which theoretical specificities, correct diagnostics, possibilities and argumentative consequences can we find on these two articles? At the same time, what are the contradictions and imprecisions found in these two texts? How do we explain Brazil's case using the logic showed by the authors? It was observed that there is a certain fear of the authors, famous representatives of contemporary American liberalism, in recognizing identity policies as a natural extension of the liberal debate itself. There is an inherent tension between universalist issues, proposed by liberalism, and particular and groupal issues proposed by identity groups. A possibility of reconciliation between liberal speech and identity flags is possible, but usually that is a little explored path by the bastions of modern liberalism. The extent of liberal criticism of identity politics is an essential part of this debate. It is important to recognize the limits of identity discourses. However, the liberal criticism, summed up in the manifestos of Fukuyama and Lilla, must always be based on a conciliation, and not on a pure and simple rejection, between the universalism of liberalism and group agendas, otherwise, we could have a risk of a total divorce that would only generate more distancing and distrust between minorities and liberal rhetoric.*

Introdução

No rescaldo do resultado das últimas eleições presidenciais nos EUA, ganhou destaque a narrativa segundo a qual o partido Democrata cometeu um erro estratégico ao focar seus esforços de campanha em políticas identitárias e num discurso por demais voltado às minorias no lugar de pautas mais amplas e universalistas. Segundo essa leitura, esse erro teria participado de forma importante do conjunto de causas que levaram à eleição de Donald Trump. Diversos intelectuais disputaram explicações e narrativas para o devido entendimento das transformações ocorridas na sociedade e na política americana nos anos recentes. Na esteira desse debate, dentre várias outras contribuições, dois textos fundamentais que partem de princípios similares foram publicados: um pelo punho do intelectual público e cientista político Mark Lilla, professor na Universidade de Columbia e liberal confesso. O texto foi publicado no *The New York Times* sob o título "The End of Identity Liberalism". O outro, por sua vez, foi elaborado pelo badalado cientista político e filósofo nipo-americano Francis Fukuyama, na *Foreign Affairs*, e possui um

título bastante direto: "Against Identity Politics". Ambos os manifestos visaram o grande público, foram feitos por escribas declaradamente liberais e partiram de um mesmo problema de pesquisa inicial (a hecatombe da eleição Trump), chegando também a conclusões muito parecidas. Porém, apresentam nuances, aplicações e algumas distinções que discutiremos neste ensaio.

Fukuyama

Em relação ao texto de Fukuyama, trata-se de um resumo do seu livro mais recente "Identity: the Demand for Dignity and the Politics of Resentment". Fukuyama começa seu texto relatando a grande transformação pela qual o mundo está passando. O número de democracias eleitorais praticamente triplicou de 1970 até os dias atuais. Concomitantemente, a oferta de bens e serviços aumentou de maneira colossal e houve uma queda dramática na extrema pobreza (FUKUYAMA, 1992). Entretanto, frisa Fukuyama, a desigualdade atingiu patamares dramáticos nos últimos anos e a globalização, no seu fluxo contínuo, trouxe uma série de transformações, dentre as quais podemos destacar: migrações, êxodo rural, urbanização e aumento da classe média. Além dos fatores supramencionados, ocorreu também uma importante mudança: a produção de bens manufaturados passou dos países centrais para a periferia do sistema. Desse modo, hoje, são os países em desenvolvimento que abrigam fábricas, enquanto os países desenvolvidos são os grandes centros financeiros, tecnológicos e criativos, em um mercado interno que privilegia e beneficia muito mais a elite intelectual e progressista do que o trabalhador ordinário de colarinho azul.

Com os traumas do Brexit e da eleição de Trump, a propagandeada "recessão democrática", a decepção com os resultados frustrantes da Primavera Árabe e o recrudescimento do populismo extremista, a perspectiva otimista de que haveria uma marcha inexorável rumo à democracia liberal entra em cheque². Na visão de Fukuyama, todos esses fenômenos não estão ligados somente a mudanças econômicas e tecnológicas, mas também a um fenômeno diferenciado: a emergência do identitarismo. Desde o século XX, seguindo uma herança que remonta à Karl Marx, as disputas políticas têm se centrado em torno de questões de cunho econômico. Sindicalistas, defensores do estado de bem-estar social e de políticas voltadas para os trabalhadores, do lado da esquerda, e, do lado da direita, defensores do livre mercado, do Estado Mínimo,

² Entretanto, em "O Fim da História", Fukuyama (1992) é cauteloso ao afirmar que muitos dos problemas que parecem conduzir a um processo de regressão democrática ocorrem em regimes que nunca experimentaram de fato um status de democracia consolidada. Seriam, para o autor, regimes que não implementaram plenamente os princípios da democracia liberal. Interessante lembrar que outras ideologias também se valem do mesmo artifício argumentativo ao serem confrontados com as experiências "reais" imperfeitas de seus corolários.

da competição e do setor privado. São as pautas clássicas, econômicas e materiais. Hoje em dia, contudo, o debate político está menos voltado para essas questões de cunho ideológico clássico e mais voltado para questões identitárias: a esquerda se voltou para grupos marginalizados, minorias étnicas, LGBTQ's, imigrantes e refugiados. Já a direita redefiniu sua missão central como uma defesa de valores patrióticos de tradição nacional e identidade regional nacionalista – algumas vezes com conexões explícitas com questões relacionadas à raça, etnicidade e religião.

Em países autoritários, ressalta o autor, esse tipo de apelo a identidades específicas e à lógica do “nós contra eles” é algo bastante corriqueiro. A Rússia de Putin, por exemplo, se utiliza amiúde dessa retórica anti-liberal. Contudo, hoje, essa maneira de fazer política tem feito sucesso em democracias estabilizadas do ocidente. É natural que isso ocorra como uma reação, afinal, houve diversas injustiças históricas e atentados recentes contra minorias em países como os EUA. A população afro-descendente sofre preconceito e racismo, transgêneros sofrem violência e mulheres são assediadas ou tratadas com desprezo no ambiente de trabalho. Tudo isso ensejou movimentos como o “Black Lives Matter” e o “Me Too”. Porém, houve, obviamente, uma reação por parte dos grupos que se viram ameaçados de perder seus privilégios ou que se viram pouco apreciados no debate público. Trump foi, segundo essa lógica, parte da resposta dos que queriam uma volta aos “bons tempos”. Desse modo, mais e mais grupos têm acreditado que suas identidades (sejam religiosas, étnicas, sexuais, de gênero, etc.) não têm recebido a devida atenção. O ressentimento se tornou uma forma comum de fazer política, mesmo nos países democráticos e desenvolvidos. A questão identitária deixou o debate restrito dos campos universitários e se tornou um dos fatores fundamentais para entendermos a política contemporânea.

Fukuyama esclarece que a noção de isonomia foi uma das conquistas mais importantes das democracias e da sociedade. Contudo, igualdade jurídica abstrata não equivale a igualdade de status ou igualdade socioeconômica. A desigualdade de renda é justamente um dos fatores que vem facilitando a emergência de líderes populistas. No caso dos EUA, os trabalhadores de “colarinho azul” (trabalhadores de chão de fábrica) foram os grandes “perdedores da globalização”, já que a liberalização econômica e o fluxo de imigrantes como mão de obra barata levou ao deslocamento de diversas fábricas e ao desuso de algumas profissões. Tudo isso, afirma Fukuyama, somado à sensação de invisibilidade, de perda de protagonismo, de prestígio e de status gerou uma sensação de mal-estar do americano branco médio. Essa ponte entre perda de renda e perda de status foi uma porta de entrada para populistas de direita como Trump. No campo da esquerda, houve uma mudança

de estratégia: os partidos deixaram de focar em esforços coletivos e universalizantes e passaram a focar em grupos menores e mais marginalizados.

Contudo, o texto de Fukuyama deixa de citar a ascensão de lideranças populistas nos países em desenvolvimento, que apresentam contextos distintos dos EUA e da Europa. Perez-Liñan (2017), por exemplo, aponta para um processo de periferização das democracias industriais. Hoje, as grandes indústrias estão nos países em desenvolvimento. Esses países não se encaixam no argumento dos “perdedores da globalização”, mas, ainda assim, também enfrentam problemas como o iliberalismo (ZAKARIA, 1997) e a presença de lideranças populistas. Na América Latina, esse populismo costuma ter um perfil mais à esquerda, com algumas exceções, como Bolsonaro, no Brasil. Uma diferença importante, contudo, é que nem todos os países que possuem lideranças populistas são democracias delegativas (O’DONNELL, 1998). Uma recaída populista em uma democracia estável pode não significar problemas estruturais, enquanto um governo populista em uma democracia recente, sem lastro democrático, com baixo nível de renda e sem tradição liberal pode consistir em uma séria ameaça à estabilidade democrática de um país³. A força das instituições, evidentemente, é uma variável importante, como atesta ampla literatura na área (ACEMOGLU et al., 2011; RODRIK et al., 2003; NORTH et al., 1989).

Fukuyama afirma que a esquerda deixou de lado suas pautas clássicas, de cunho mais econômico e centradas na noção de “luta de classes”, para se firmar no terreno dos subgrupos excluídos da sociedade. Com o fim da União Soviética, diversos marxistas tiveram que reconhecer o fracasso das experiências históricas de tentativas de implementação radical das ideias do famoso sociólogo e ideólogo alemão, enquanto os social-democratas tiveram que encarar a questão da responsabilidade fiscal e do crescimento econômico com a estagnação salarial e o inchaço estatal que tomou conta das democracias industriais consolidadas. Imprensada e com poucas opções, a esquerda então passou a abraçar o multiculturalismo. Uma crítica que o autor faz é que a esquerda identitária nos EUA não propôs nada para combater a epidemia de opoides que assola a população branca de baixa renda, nem o desemprego. Além disso, o autor cita a questão do “politicamente correto” como uma potencial ameaça à liberdade de expressão. Entretanto, é interessante lembrar que o politicamente correto é fruto de uma série de consensos que começaram a tomar maior forma no pós-Segunda Guerra e que ele não é monopólio da esquerda, como o texto faz parecer.

3 Um dos problemas do festejado livro “How Democracies Die” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018) é justamente o fato de os autores tratarem vários casos de declínio na qualidade da democracia como casos de “óbito” democrático sem levar em conta as especificidades e o histórico dos países.

A dificuldade de governar, construir aquiescências amplas e costurar maiorias tem sido uma constante no modelo de presidencialismo americano (LIJPHART, 2003). Os cidadãos se tornaram, porém, com o tempo, mais cínicos e desesperançosos quando se deparam com impasses e *deadlocks*, como é comum na política norte-americana. Na concepção de Fukuyama, pesa mais sobre a direita a culpa pela escalada da polarização nos EUA. Ele cita um estudo que mostra como os republicanos se tornaram mais radicais e extremados que os democratas. Portanto, a polarização nos EUA seria assimétrica. Contudo, a esquerda incentivou e instigou uma “resposta” da direita ao focar em políticas identitárias na visão do referido autor. Na verdade, apenas uma pequena parcela da esquerda (artistas, escritores e influenciadores) faz ataques à liberdade de expressão e assume as feições mais radicais do politicamente correto. Porém, essa parcela chama muita atenção e é tratada pela direita como se representasse toda a esquerda. Na época da eleição de Trump, havia um sentimento latente de que o debate político estava muito policiado. Trump quebrou essa redoma e se expressava com xingamentos e ofensas, o que agradou muitos menos pelo teor e mais pela suposta “coragem” de ir contra o chamado politicamente correto. A direita roubou a nomenclatura usual da esquerda e passou a se vitimizar, se colocando como uma ala invisível e esquecida da sociedade.

Francis Fukuyama destaca como, com o tempo, o partido Republicano se tornou um partido majoritariamente de público-alvo eleitoral branco e protestante e como o partido Democrata se tornou o partido das minorias étnicas e sexuais. Essa divisão demográfica estrita, por grupos, mais do que por ideologias, é muito ruim na percepção dele. O livro “Democracy for Realists”, de Achen e Bartels (2016) mostra como se deu essa mudança. No passado, o partido Republicano era muito mais defensor da causa racial do que os Democratas. O presidente republicano Lincoln foi o responsável pelo fim do regime escravo nos EUA. Já os democratas, naquela época, representavam, em sua maioria, os interesses das elites rurais escravagistas. Após a Guerra Civil Americana, porém, gradualmente, foi ocorrendo uma mudança no perfil desses partidos e de seus eleitorados, geração após geração, incrementalmente. Os republicanos passaram a ser o partido do “big business”. Com a crise de 1929, o papel intervencionista de Franklin Delano Roosevelt, do partido Democrata, agradou a população mais carente. Décadas mais tarde, durante o movimento pelos direitos Civis da população negra, na década de 60, sob liderança do reverendo Martin Luther King, foi um presidente Democrata, Lyndon Johnson, quem transformou em lei as demandas do movimento pelos direitos civis da população negra. Por outro lado, o candidato republicano, Barry Goldwater, era contra assinar a lei pelas demandas do Civil Rights Movement, pois considerava que isso aumentaria o tamanho e o poder de intervenção do Estado. Esses

fatos, juntamente às mudanças geracionais, demográficas e, recentemente, ao recrudescimento da polarização e do tribalismo identitário, geraram a configuração atual do eleitorado republicano e democrata.

Fukuyama conclui que a sociedade precisa proteger os grupos marginalizados e excluídos, porém, ela também tem que alcançar bens coletivos por intermédio do consenso e da deliberação. A mudança no *modus operandi* da esquerda e da direita de pautas coletivas amplas focando na economia para a proteção de grupos estreitos da sociedade ameaça o processo descrito acima. Nas sociedades modernas, as pessoas possuem múltiplas identidades, que são moldadas através das interações sociais. Fukuyama destaca que é importante que se evite situações que possam gerar uma resposta identitária: violência policial contra minorias e assédio sexual são exemplos de atitudes dessa estirpe. Os países deveriam focar em incluir grupos pequenos e assimilá-los na cultura hegemônica do país. Ao mesmo tempo, segundo Fukuyama, países podem se beneficiar das migrações no longo prazo, porém, devem sim tomar cuidado para não abrirem demais suas fronteiras, pois isso pode gerar problemas logísticos e sociais sérios no curto prazo. Isso não significa que propostas nativistas como a de Trump sejam boas, já que, para citar o caso da promessa do muro na fronteira dos EUA com o México, há outras medidas menos caras, pirotécnicas e chamativas que surtiriam efeitos melhores e mais tangíveis.

As sugestões de Fukuyama deixam transparecer algumas questões. O autor demonstra uma preocupação válida com o caráter potencialmente sectário de alguns movimentos identitários, porém, em nenhum momento ele deslegitima esses movimentos, que considera razoáveis e justos. Ele também é bastante cuidadoso nas suas críticas. Contudo, em certos momentos, ele abre espaço para interpretações ambivalentes, criando uma falsa equivalência entre os movimentos identitários à esquerda e à direita. No âmbito do que convencionalmente é apontado como "esquerda", os movimentos identitários podem até, em alguns momentos, serem interpretados por certos espectadores como hiperbólicos, caricatos e mesmo agressivos. O modelo de ativismo empregado por certos grupos minoritários pode ensejar, como efeito colateral não desejado, mais segregacionismo. Não obstante, ontologicamente, há uma razão clara, factual e irrefutável para grande parte desses movimentos existirem. Seus membros sofrem descaso real e foram vítimas de injustiças históricas. Os movimentos identitários à direita, por sua vez, surgem mais como uma resposta a uma perda de protagonismo e prestígio do que a um status real de "vítima" por parte de seus membros. Essa falsa polarização pode criar uma impressão errônea de que os culpados pela insurgência são as próprias vítimas, por se utilizarem de táticas que vocalizam suas demandas e por tomarem espaços de destaque na mídia, pautando o debate público. Fukuyama é

bastante sensato ao deixar claro que não visa deslegitimar esses movimentos, contudo, parece dar uma justificativa plausível para a resposta identitária por parte da direita, que mobiliza, nas suas pautas identitárias, conceitos como religião, nacionalidade e tradição, e efetua disputa em torno das memórias e leituras sobre o passado.

Ao mesmo tempo, Fukuyama parece não levar em conta que as demandas identitárias são fruto do próprio liberalismo, do qual ele sempre se mostrou um grande entusiasta, como se pode atestar observando seus escritos. De acordo com Brown (1995), uma das condições cruciais para que as políticas identitárias floresçam é justamente uma democracia liberal institucionalizada. Na democracia liberal, indivíduos podem expressar suas preferências por intermédio do voto, no nível individual, ou, a nível coletivo, se unindo em torno de associações e grupos de pressão, como é característico das democracias consociativas. Fukuyama observa que o ideal em uma democracia é que os indivíduos e organizações prezem por valores universalistas e bandeiras amplas (liberdade de expressão, estado laico, Estado Democrático de Direito, etc.), porém, uma das características essenciais das democracias liberais é justamente a ação coletiva, no agregado, de grupos de pressão exercendo lobbys e demandas particulares. Esses lobbys próprios de um modelo liberal de democracia pluralista (DAHL, 1997), todavia, costumam ser definidos não pela identidade de seus membros, mas pelas demandas e interesses coletivos apresentados por eles. Uma crítica constante, contudo, é a de que, na verdade, esse perfil “neutro” do indivíduo-cidadão da teoria liberal encobre a identidade de um homem branco, heterossexual e burguês⁴.

Mark Lilla

O artigo de Mark Lilla, por seu turno, parte de premissas similares às de Fukuyama. Seu artigo foi escrito anteriormente ao de Fukuyama e estimulou diversas reações e debates por parte da comunidade acadêmica e da mídia, a ponto de ter gerado um livro posteriormente. Na época de sua publicação, no NY Times, o artigo causou bastante *frisson* no debate público americano e teve grande repercussão. Lilla inicia seu texto afirmando que, de um modo geral, a problemática da diversidade foi abraçada acriticamente pelo liberalismo democrático: as diferenças deveriam ser sempre aceitas, propagandeadas e celebradas. Essa postura pode parecer uma boa ideia do ponto de vista pedagógico-moral, mas, na visão de Lilla, é uma base bastante arenosa, pouco sólida e perigosa do ponto de vista fundacional para uma sociedade

4 Ver verbete sobre políticas identitárias do “Stanford Encyclopedia of Philosophy”, disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/identity-politics/> .

democrática. Na sua visão, os EUA vivem atualmente um pânico moral a respeito de questões raciais, de gênero e de orientação sexual que tem impedido o país de se unir em torno de temas agregadores e que gerem governabilidade.

O texto cita expressamente o que considera equívocos de campanha da candidata democrata Hillary Clinton, como, por exemplo, a ênfase nas minorias populacionais dos EUA. Segundo Lilla, Hillary se direcionou a esses grupos, porém não contemplou a população "tradicional" do interior americano. Foram os brancos religiosos quem majoritariamente votaram em Trump, como mostraram as pesquisas após as eleições. Como Fukuyama, Lilla também evoca os pontos positivos das políticas identitárias, porém, alerta para a sanha exagerada que, na sua concepção, está tomando conta da nação americana, seja nas salas de aula, seja nas universidades, no que diz respeito à questão identitária. Segundo ele, os currículos de história do país se tornaram anacrônicos e se utilizam de paradigmas atuais para o entendimento de fatos do passado, criando uma visão distorcida sobre a história do país. Um dos exemplos que ele cita é o da emancipação feminina, que costuma ser estudada como se o movimento se encerrasse em si mesmo, sem se mencionar a contribuição prévia e basilar dos chamados "Pais Fundadores" (Founding Fathers) que estabeleceram um sistema de governo que propiciou a garantia de direitos.

Mark Lilla também descreve como a abordagem dos jornais europeus é distinta da dos veículos de imprensa americanos. Nos jornais europeus, segundo Lilla, os temas são econômicos, geopolíticos e instrutivos sobre temáticas relevantes e regionais, nacionais ou globais. Já nos jornais americanos, o que se vê são pautas pouco importantes, na concepção do autor, com foco diminuto em questões pouco relevantes, como no exemplo folclórico citado pelo autor a respeito de uma matéria jornalística americana sobre transexuais no Egito. Lilla denuncia o que considera uma fixação da sociedade americana em torno de identidades, entendidas de um modo cada vez mais restrito, diminuto e individualista.

Lilla sugere que a opinião pública, intelectuais e políticos americanos se voltem novamente para os princípios básicos e basilares daquela nação (estado laico, igualdade de direitos, isonomia, liberdade de expressão, etc.) se dirigindo às pessoas enquanto cidadãos, e não enquanto subcategorias identitárias (latinos, negros, mulheres, etc.). Os membros do partido democrata deveriam, na concepção do autor, resgatar um discurso mais amplo e voltado também para grupos como os religiosos, por exemplo. Abarcando a população como um todo, o discurso democrata geraria uma base mais sólida e ampla. Inclusive, ele cita o fato de que, nas eleições americanas, a despeito das falas machistas e

preconceituosas de Donald Trump, ele teve ampla votação por parte das mulheres e mesmo da população latina.

O lembrete de Lilla sobre os riscos de uma campanha que aposta em valores representativos de grupos muito específicos é bastante útil para lembrarmos do caso brasileiro com a eleição de Bolsonaro em 2018. O então candidato Bolsonaro, malgrado suas atitudes e falas machistas, foi o mais votado entre as mulheres. Isso mesmo com movimentos de cunho nacional como o "Ele não". Fatos como esse mostram a relevância de se repensar a retórica e as ações identitárias como uma estratégia efetiva para gerar votos por parte dos setores progressistas. As críticas de Lilla também se encaixam no caso brasileiro no que diz respeito à população evangélica e conservadora. Muitos analistas consideram que esse setor numericamente relevante da sociedade brasileira se viu pouco contemplado em suas demandas por parte da esquerda (ARIAS, 2017). Em São Paulo, a periferia preferiu votar no milionário Dória do que no candidato petista. No Rio, um bispo da Igreja Universal angariou mais votos nas favelas do que um candidato que havia feito um trabalho para desbaratar milícias nas mesmas.

No Brasil, uma nova classe média ascendeu após o boom econômico da primeira época dos anos 2000 e os programas de redução da pobreza extrema. Concomitantemente à ascensão desses setores, houve também o recrudescimento da fatia evangélica da população brasileira, principalmente de matriz neopentecostal e com forte capilaridade nas populações socialmente vulneráveis. Essa fatia não trivial da população possui demandas específicas e fortes vínculos com as instituições religiosas presentes nas comunidades. Inclusive, é relevante destacar que a religião com maior número absoluto de afrodescendentes, no Brasil, é o neopentecostalismo evangélico, e não religiões de matriz africana, como se poderia supor (SILVA, 2011). No debate a respeito dos condicionantes do voto em Bolsonaro houve também forte destaque para o problema das *fake news*. Entretanto, como atesta a pesquisadora Nara Pavão (2020), o impacto das *fake news* foi superdimensionado nas análises sobre as eleições passadas, já que elas apenas teriam tido efeito robusto nos eleitores com convicções políticas muito fortes e/ou partidárias.

Retomando o debate principal, o tom do texto de Lilla é certamente mais crítico do que o de Fukuyama. Trata-se, também, de um texto mais panfletário e abertamente político, direcionado ao Partido Democrata. Enquanto Fukuyama parece em alguns momentos "pisar em ovos" para tecer suas críticas, Lilla é mais explícito e mais duro, o que deixa seu texto, por vezes, mais ideológico e num tom pouco técnico, o que não se pode dizer do texto de Fukuyama, que assume um papel mais acadêmico e técnico na sua análise. Lilla foca suas críticas no que ele chama de uma "obsessão" liberal e democrata com a

temática da diversidade, o que gerou uma sensação de perda de protagonismo e desvantagem por parte da população interiorana, branca e tradicional do EUA, os “perdedores da Globalização” do texto de Fukuyama. Lilla é categórico ao afirmar que a era do liberalismo identitário precisa chegar ao seu fim. Entretanto, podemos contra argumentar que essa “era” é muito menor, em termos de espaço temporal, do que as incontáveis eras de desrespeito às minorias e à diversidade. Além disso, como todo movimento inicial, há exageros que servem para “marcar território” e chamar a atenção da população.

O discurso de Lilla sobre os *campi* universitários americanos lembra muito o discurso conservador brasileiro anti-academicista atual, o que não deixa de ser irônico se compararmos o perfil intelectual de Lilla com o dos mais conhecidos baluartes dessa retórica no Brasil de hoje. Lilla, mesmo recorrendo a alguns espantalhos retóricos, não defende, da mesma forma que Fukuyama, a deslegitimação de movimentos sociais de cunho identitário, mas sim um redirecionamento do paradigma político no campo da esquerda norte-americana. Ao focar em princípios liberais universais e pautas materiais o partido Democrata estaria cimentando bases mais sólidas e não estaria contribuindo para a pulverização da unidade nacional.

O Caso Brasileiro entre duas Teorias Liberais

E quanto ao Brasil? Como as críticas dos autores se encaixam na realidade pátria? Em primeiro lugar, no Brasil, bem como em outros países em desenvolvimento, o argumento dos “Perdedores da Globalização”, frequentemente utilizado para explicar a ascensão de Trump, não faz tanto sentido. Não houve aqui, num período de análise recente, uma classe média de colarinho azul prejudicada fortemente pelo processo de globalização nas proporções do que ocorreu nos EUA. É certo que houve um processo de desindustrialização⁵, porém houve também crescimento do setor de serviços e do agronegócio principalmente nas últimas duas décadas. Nos EUA, existem verdadeiras cidades fantasmas que se tornaram abandonadas após a saída de fábricas e indústrias para países emergentes com mão de obra mais barata. Além, disso, no Brasil, não há um fenômeno de imigração forte, como nos EUA e na Europa. Na verdade, o Brasil é um dos países da América Latina que recebe menos imigrantes e um dos que mais exporta pessoas para outros países⁶. Desse modo, aqui não houve tanto espaço para líderes populistas explorarem questões de imigração, insuflando sentimentos xenófobos na

5 No Brasil, há um embate recorrente sobre protecionismo e produção industrial nacional por parte de empresários e economistas adeptos do nacional desenvolvimentismo, de um lado, e, do outro, setores mais liberais e ortodoxos.

6 Fonte: Pew Research Project. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/interactives/global-migrant-stocks-map/>

população, como ocorreu nos EUA e na Europa. Contudo, houve um ensaio de tensões nesse sentido com a crise humanitária na Venezuela e a forte presença de imigrantes venezuelanos nas cidades fronteiriças em Roraima, mas nada nas dimensões enfrentadas por outros países, mesmo na América Latina, como a Colômbia.

Portanto, em uma análise amparada meramente em dados, a imigração para o Brasil possui dimensões bastante moderadas em comparação com o resto do mundo. Se, mesmo assim, essa questão foi instrumentalizada por lideranças populistas de maneira bem-sucedida nas eleições passadas, é uma pergunta de pesquisa que merece ser explorada empiricamente. É certo que há diversos casos de xenofobia ganhando notoriedade, mormente em regiões brasileiras fronteiriças que receberam maior número de haitianos e venezuelanos nos últimos anos. Essas regiões tiveram maior proporção de votos em Bolsonaro, algo que, embora não indique de pronto causalidade, demonstra a necessidade de análises mais cuidadosas. Se análises clássicas, como as de Gilberto Freyre (2001), louvavam o caráter xenófilo e amistoso dos brasileiros em relação aos forasteiros, não deixa de ser prolífico entender o que mudou (ou deixou de mudar), na percepção e no contexto das relações entre brasileiros natos e imigrantes.

Voltando à discussão central, outro ponto importante sobre como os textos se encaixam no quadro brasileiro é exatamente o cerne do debate a respeito das minorias. Nos EUA, atualmente, negros e hispânicos são minorias inclusive numéricas. Lá, a maior parte da população é caucasiana. No Brasil, porém, a população negra é demograficamente majoritária⁷, sendo, portanto, uma minoria *qualitativa*, se levarmos em conta a desigualdade estrutural e histórica entre brancos e negros em diversos ambientes e a discrepância nos índices sociais e econômicos dessas duas populações. Portanto, podemos afirmar que, no caso brasileiro, o problema do racismo institucional e da desigualdade de oportunidades afeta uma parcela muito maior da população do que nos EUA, um país ainda majoritariamente branco. Ao mesmo tempo, se por um lado as temáticas identitárias e o tema da diversidade também ganham vulto no ambiente acadêmico e artístico brasileiro, na política de âmbito nacional a questão ainda é abordada de maneira tímida em comparação com os EUA. O Judiciário, que costuma ser um enclave conservador em muitos países, aqui opera numa lógica contramajoritária, principalmente na sua última instância, o Supremo Tribunal Federal (STF), que costuma tomar posições consideradas progressistas.

7 O IBGE contabiliza os autodeclarados pretos e pardos conjuntamente na categoria de afrodescendentes.

Fukuyama e Lilla partem ambos de uma ótica liberal para explicar a realidade americana. A base do texto constitucional americano é eminentemente de cunho liberal, e pode-se afirmar que o liberalismo representa um papel importantíssimo na sociedade e na política americanas. Apesar de também ser uma ex-colônia, os EUA possuem um rescaldo histórico liberal bem mais sólido que o brasileiro. No Brasil, temos uma história diferente, marcada por períodos autoritários (1937- 1945/ 1964 - 1985) e uma adesão fraca aos direitos civis de primeira geração (CARVALHO, 2010). Nos EUA, o liberalismo político possui raízes sólidas na sociedade, sendo a ideologia política dominante nessa nação (MILLS, 2012, p. 306), a ponto da própria Declaração de Independência desse país ser flagrantemente baseada no pensamento filosófico de John Locke. Diferentemente, no Brasil, onde tivemos uma independência compactuada e influências ibéricas muito mais fortes, há um debate antigo sobre a adaptabilidade da ótica liberal na realidade pátria. Roberto Schwarz (1999) afirma que as ideias liberais nunca assentaram lugar de honra no solo brasileiro de maneira real por conta do sistema da escravidão. Críticos, no entanto, apontam para o fato de um liberalismo clássico ser, ao contrário do que se prega, conciliável com esse sistema nefasto, como se pode observar tomando como base os textos de Locke e Smith (RICUPERO, 2008).

No Brasil, há uma cultura política voltada mais para a questão do Estado do que para a representação, o que José Murilo de Carvalho chama de "estadania" (CARVALHO, 2008). Carvalho também aponta que, no Brasil, o caminho proposto por T. H. Marshall em relação à cidadania ocorre de maneira invertida: aqui, primeiro vieram os direitos sociais, depois os políticos e, ainda hoje, estaríamos engatinhando nos direitos civis individuais de primeira geração (CARVALHO, 2008, p. 11). Em países anglo-saxões, o caminho clássico, considerado por autores como Dahl, mais estável, começa com a noção de direitos civis, Estado limitado e direitos negativos. Só então, a partir dessa base social de cunho liberal, deve-se formar a malha de proteção e bem-estar social do Estado, diriam esses autores. É fato que ainda temos um longo caminho pela frente na questão da cidadania. As demandas identitárias tomam corpo, no Brasil, num cenário onde questões básicas de liberdade individual ainda não são respeitadas, o que enseja uma reflexão sobre prioridades em termos de políticas públicas e adesão e ação social por parte de grupos de pressão da sociedade civil organizada.

Paulatinamente, o debate a respeito das questões identitárias, no Brasil tem ganhado um tom mais crítico e problematizador, inclusive partindo da própria esquerda e de setores progressistas. O ativismo identitário, por vezes refratário ao contraditório e ao pluralismo de ideias, dos movimentos LGBT, feminista e negro foi discutido com alto grau de competência e respeito em "A Vítima tem Sempre Razão?", de Francisco Bosco (2017). Nessa obra, o autor

explora a mudança no imaginário coletivo brasileiro, antes, baseado nas noções construídas na cultura popular sobre “democracia racial”, “cordialidade” e “miscigenação” e, hoje, muito mais fundamentado numa auto-percepção fundamentada na política e no confronto. Cláudio Couto (2020), em análise recente sobre os 40 anos do Partido dos Trabalhadores, observa que há uma forte demanda por parte da juventude alinhada ideologicamente ao PT por uma ênfase maior em relação às questões identitárias. Contudo, o cientista político pontua, em coro com Fukuyama e Lilla, que essas pautas possuem altíssimo potencial divisivo e circunscrito e, se não abordadas com a devida estratégia, podem acabar mais cingindo e atomizando a esquerda do que efetivamente unindo – questão essa bastante relevante no atual governo, que também joga no campo das identidades, porém apelando para as esferas de pertencimento do nacionalismo e das religiões de matriz judaico-cristã. Esse novo Brasil, mais coadunado com a lógica identitária já vista em outros países, não é de modo algum “pior” que o antigo, porém, suscita novas leituras e desafios intelectuais.

Considerações Finais

Se, por um lado, os movimentos de minoria podem minar a identidade nacional ao colocarem em destaque identidades culturais baseadas em etnia, gênero e questões sexuais, por outro, eles são uma consequência do avanço do próprio debate liberal e progressista. Eles podem dar ensejo a respostas autoritárias, também de cunho identitário, que têm um potencial de mobilização e adesão tão ou mais fortes, o que enseja debates e estratégias de ação bastante refletidas e ponderadas por parte dos seus membros e lideranças. Exponentes do liberalismo, como Fukuyama e Lilla, por sua vez, precisam ampliar as intersecções e diálogos entre os movimentos de cunho identitário (mais próximos da esquerda pós-moderna e da direita populista) e o liberalismo, entendido não como uma corrente homogênea e monolítica, mas como um edifício intelectual bastante diverso e multifacetado. Os esforços desses e de outros autores liberais, contudo, parece ser mais numa direção crítica, de afastamento, do que de reconhecimento da linhagem liberal de tais movimentos. Essa abordagem pode acabar, ironicamente, exacerbando os mesmos problemas apontados por Fukuyama e Lilla.

Para além das críticas expostas no presente artigo, há saídas para a encruzilhada enfrentada pelos adeptos do liberalismo em relação às políticas identitárias. Uma delas pode ser justamente abraçar o radicalismo dessas e de outras pautas, assumindo uma postura liberal em relação a esses temas. É o que propõe o teórico político jamaicano Charles Mills no seu bombástico artigo “Occupy Liberalism” (MILLS, 2012). Para Mills, o liberalismo, mormente nos EUA, tem sido complacente em relação à plutocracia, ao patriarcado e ao racismo. Contudo, essa cumplicidade dos liberais não seria devida a uma

afinidade teórico-conceitual do liberalismo com tais pensamentos, mas, sim, fruto do grupo dominante de interesses que costuma representar os liberais (MILLS, 2012, p. 306). Se o liberalismo ontologicamente já abraça a existência de grupos e reconhece a opressão estrutural enfrentada por diversos desses conglomerados - como atestam o "liberalismo negro", o "liberalismo feminista" e o "liberalismo social-democrata"- (MILLS, 2012, p. 313) não há por que restringir as respostas ao identitarismo às críticas de autores representantes do liberalismo dominante. Os liberais, portanto, podem adotar uma postura mais empática em relação aos debates relativos às noções de classe, gênero e raça, sem perderem, todavia, a perspectiva liberal em relação a esses temas, algo que, como se vê, está longe de ser impossível ou inconciliável.

É importante frisar que a dosimetria das críticas liberais em relação às políticas identitárias é chave essencial no debate. Certamente é mister calibragem e parcimônia para que se reconheçam os limites, principalmente na competitiva arena eleitoral majoritária, dos discursos identitários. Não obstante, as críticas dos liberais, sintetizadas nos manifestos de Fukuyama e Lilla, precisam ser sempre pautadas numa aproximação empática, e não no rechaço puro e simples, entre o liberalismo universalista e as pautas particulares de grupos marginalizados, sob risco de um divórcio total que acabaria gerando um vórtice de cada vez mais dissonância entre minorias injustiçadas historicamente e o discurso liberal.

Bibliografia

- ACEMOGLU, D.; SIMON, J.; JAMES, A. 2001. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. *American Economic Review*, Cambridge, v. 91, n. 5, pp. 1369-1401.
- ACHEN, C. e BARTELS, L. 2016. *Democracy for realists: why elections do not produce responsive government*. Princeton: Princeton University Press.
- ARIAS, J. A esquerda brasileira está perdendo os novos pobres. *El País*. 9 de janeiro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/09/opinion/1483986528_374888.html. São Paulo. Acesso em 01.07.2019.
- BOSCO, F. 2017. *A Vítima tem sempre razão?*. São Paulo: Editora Todavia.
- BROWN, W. 1995. *States of injury: power and freedom in late modernity*. Princeton: Princeton University Press.
- CARVALHO, J. 2008. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira.

- COUTO, C. 2020. Os Desafios do PT aos 40 anos, segundo este cientista político. Entrevista concedida a Marcelo Roubicek. *Nexo Jornal*. 10.02.2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/02/10/Os-desafios-do-PT-aos-40-anos-segundo-este-cientista-pol%C3%ADtico>. Acesso em 10.02.2020.
- DAHL, R. 1997. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- FREYRE, G. 2001. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira no processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paul: Companhia das Letras.
- FUKUYAMA, F. 1992. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FUKUYAMA, F. 2018. *Against identity politics: the new tribalism and the crisis of democracy*. Foreign Affairs. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/2018-08-14/against-identity-politics-tribalism-francis-fukuyama> . Acesso em 30.06.2019.
- LIJPHART, A. 2003. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- LILLA, M. 2016. *The end of identity liberalism*. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/20/opinion/sunday/the-end-of-identity-liberalism.html>. Acesso em 01.07.2019.
- MILLS, C. 2012. Occupy Liberalism! Or, ten reasons why Liberalism cannot be retrieved for Radicalism (and why they are all wrong). *Radical Philosophy Review*, v. 15, n. 2, pp. 305-323.
- NORTH, D.; WEINGAST, B. 1989. *Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'DONNELL, G. 1998. *Accountability horizontal e as novas poliarquias*. *Revista Lua Nova*, n. 44.
- PAVÃO, N. 2020. Efeito das fake news sobre o voto não é tão dramático quanto se pensa, diz cientista política. *Entrevista concedida à Folha de São Paulo em 17 de fevereiro de 2020*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/efeito-das-fake-news-nao-e-tao-dramatico-quanto-se-pensa-diz-cientista-politica.shtml>. Acesso em 24.03.2020.
- PEREZ-LIÑAN, A. 2017. A Democracia conseguirá sobreviver ao Século XXI? *Nueva Sociedad*. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/democracia-conseguira-sobreviver-ao-seculo-xxi/>. Acesso em 30.10.2020.

- RICUPERO, B. 2008. Da formação à forma: ainda as "Ideias Fora do Lugar". *Lua Nova*, n. 73, pp. 59-69.
- RODRIG, D.; SUBRAMANIAN, A. 2003. The primacy of institutions (and what this does and does not mean). *Finance and Development*, v. 1, n. 1, pp. 31-34.
- SCHWARZ, R. 1999. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, V. 2011. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. *Cadernos de Campo*, v. 20, pp. 295-303.
- ZAKARIA, F. 1997. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6, pp. 21-43. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1997-11-01/rise-illiberal-democracy>. Acesso em 03.07.2019.